O CAPITALISMO E A QUESTÃO AMBIENTAL: Reflexões teóricas sobre a Economia do Meio Ambiente

Edilene de Jesus Santos[1]

Resumo

A questão ambiental passou a fazer pauta das discussões em meio às preocupações relacionadas com o desenvolvimento das forças produtivas e suas consequências para o meio ambiente. O surgimento de teorias que abordem a questão ambiental e a relação com o desenvolvimento representa um avanço em direção a novas possibilidades de construção de um desenvolvimento que possa respeitar os limites impostos pela natureza. Diante disso, o conhecimento do problema ambiental apresentado por essas teorias, corrobora para a orientação de políticas públicas que possam aliar o desenvolvimento e o meio ambiente.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Meio ambiente. Capitalismo

Abstract

The environmental issue became the subject of the discussions amidst concerns related to the development of the productive forces and their consequences for the environment. The emergence of theories that address the environmental issue and the relationship with development represents an advance toward new possibilities for building a development that can respect the limits imposed by nature. Given this, the knowledge of the environmental problem presented by these theories, corroborates the orientation of public policies that can ally development and the environment.

Keywords: Development. Environment. Capitalism

[1] **Economista. Doutoranda em Economia-UFBA.email: Edileneeconomia@yahoo.com.br**

I. INTRODUÇÃO

A relação homem natureza faz parte do processo de evolução da humanidade. Em um passado distante, a interação do homem com a natureza era semelhante a dos animais. Um dos aspectos revolucionários que moldou esta relação foi o surgimento da agricultura. Com a possibilidade de novas tecnologias e formas de uso da terra, a humanidade mudou o seu olhar sobre a natureza, provocando uma modificação radical nos ecossistemas.

A revolução industrial representou um grande salto na capacidade do ser humano em intervir na natureza e esse processo continua a aumentar de forma considerável. O uso intensivo de reservas de combustíveis fósseis abre caminho para uma expansão inédita da escala das atividades humanas, pressionando a base dos recursos naturais.

A década de 1960 é marcada pela inserção da questão ambiental na agenda de pesquisa dos economistas. A atenção para projeções catastróficas acerca da finitude dos recursos naturais evidenciam a falta da inserção dos aspectos ecológicos aos modelos de crescimento econômico. E ao longo do século XXI, esse debate ganha força e proporciona debates sobre as bases do crescimento e a pressão exercida sobre o meio ambiente.

Isto posto, o objetivo deste artigo é apresentar e discutir as principais elaborações formuladas sobre a economia e o meio ambiente, destacando a racionalidade como cada uma delas observa esta relação.

2. O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A QUESTÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM INICIAL

A economia capitalista baseada no acúmulo de riquezas e extração de recursos naturais de forma predatória, moldou e transformou a relação homem-natureza, rompendo com a harmonia que outrora existia nesta relação. O modo de produção baseado no consumo generalizado de produtos industrializados e demandante de matérias-primas, marca a trajetória de mudanças econômicas, sociais e ambientais estabelecidas pelo sistema produtivo. Associado a isso, a ideia de crescimento econômico, ganhou força e estabeleceu as bases para o desenvolvimento econômico.

Uma das primeiras abordagens de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico foi instituída e amplamente difundida até o início dos anos 1960, pela não necessidade de distinguir crescimento econômico de desenvolvimento, porque as nações que haviam se tornado ricas eram também as mais desenvolvidas e desfrutavam das benesses da industrialização. E os países que se encontravam em processo de desenvolvimento eram os países mais pobres, onde a industrialização ainda era tardia e incipiente ou não havia começado.

Alguns fatos passaram a ser observados, colocando em discussão esse processo de crescimento. Notou-se que apesar da evolução crescente e rápida de desenvolvimento e industrialismo marcado pelo crescimento econômico durante a década de 1950, em diversos países semi industrializados, inclusive no Brasil, esse processo pouco modificou o acesso das populações mais pobres aos bens materiais e culturais como ocorrera nos países desenvolvidos, a começar pela ampliação à saúde e educação.

Diante disto, até meados dos anos de 1970, o conceito de desenvolvimento era identificado como o progresso material e avanço tecnológico associado às forças produtivas. Veiga (2008), aponta e destaca que com o surgimento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990, o crescimento da economia passa a ser entendido de outra maneira e passa a ser ampliado. Surgem, portanto, as reflexões sobre as políticas de desenvolvimento que deveriam ser realmente adotadas, incluindo outras questões como a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o avanço social da sociedade.

Sen (2000), em sua obra Desenvolvimento como Liberdade, aponta que a expansão da liberdade é vista como o principal fim e o principal meio para o desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento pleno requer a eliminação das principais fontes de privação da liberdade humana, que são a pobreza, a tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social, além de negligência dos serviços públicos. O desafio concerne em estabelecer essas novas bases de desenvolvimento e obter justiça e equidade social, proporcionando impactos positivos na vida das pessoas.

A preocupação com a questão ecológica e ambiental, foi colocada em destaque na conferência de Estocolmo em 1972, em que elucidou a importância do meio ambiente e a necessidade de uma pesquisa permanente e global das possibilidades do futuro humano. Aliado a isto e reforçando a questão, em 1987, foi lançado o Relatório do Nosso Futuro Comum, também chamado Relatório Brundtland, que serviu para configurar a urgência de debates para a integração das questões ambientais com as questões relativas ao desenvolvimento econômico através da promoção de reuniões que pudessem guiar os governos do planeta em direção à políticas sustentáveis.

Carvalho (1995),mostra que as primeiras discussões sobre o conceito de Ecologia estavam baseadas no clube de Roma, destacando que o consumo industrial dos recursos naturais seria a causa da limitação do homem dentro da natureza. Para o autor, a ECO-92 propõe um segundo avanço no conceito de Ecologia, pois defende que os países pobres não precisam e não devem estar subordinados a uma ordem produtiva secundária, feita de uma maneira a garantir a riqueza do planeta, da qual não se retira nem uma parte do mínimo sustentável.

A partir da evolução do conceito de ecologia e de desenvolvimento, a sociedade e os governos locais podem visualizar modelos de apropriação da natureza e de relação entre Estados, sociedades e cidadania, que garantam a mitigação de impactos ao meio ambiente.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado em 1987, pela Comissão do Meio Ambiente, é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (NOSSO..., 1991, p.46). Partindo desse conceito de Desenvolvimento, Carvalho (2001) aponta “que não pode haver desenvolvimento sustentável, nos países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, enquanto as populações carentes não tiverem suas necessidades sociais básicas – sobretudo alimento, vestuário, habitação, emprego e lazer- atendidos”. (CARVALHO, 2001, p.206.).

A difusão deste conceito mais amplo, tem sido amplamente difundido e adotado pelas instituições como parâmetro a ser seguido na elaboração de projetos e orientação de políticas públicas para garantir a sustentabilidade gera algumas discussões e coloca a sustentabilidade em questão. Porém, cabe ressaltar que “desenvolvimento e meio ambiente encontram-se em uma relação reciproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o meio ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social” (ALTVATER, p.26, 1995).

Neste sentido, entende-se que do ponto de vista da análise Maxiana, o capitalismo enquanto modo de produção não é sustentável, mas existem formas e maneiras de tentar construir no capitalismo modelos e processos menos degradantes da natureza promovendo um desenvolvimento ecológico e socialmente equilibrado.

3. ASPECTOS TEÓRICOS DA ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE: PRINCIPAIS CORRENTES

As transformações ocorridas com a evolução da humanidade mais precisamente com as inovações tecnológicas, repercutiu num grande impacto das ações do homem no meio ambiente. A revolução industrial , representou um grande salto na capacidade dos er humano em intervir na natureza e esse processo continua a aumentar.de forma

considerável. O uso intensivo de reservas de combustíveis fósseis abrem caminho para uma expansão inédita da escala das atividades humanas, pressionando a base dos recursos naturais. “O moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e nos solos, e portanto também na biosfera” (ALTVATER, p. 28, 1995).

Diante disso, é preciso criar condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem um progresso poupador de recursos naturais e que proporcionem mudança no padrão de consumo.

Como já apresentado, a década de 1960 é marcada pela inserção da questão ambiental na agenda de pesquisa dos economistas e de outros setores da sociedade. A atenção para projeções catastróficas acerca da finitude dos recursos naturais evidenciam a falta da inserção dos aspectos ecológicos aos modelos de crescimento econômico.

Surge, portanto, dentro desse contexto a economia política da sustentabilidade. Ela se torna um campo da economia em que o problema da distribuição intertemporal dos recursos finitos, indica a necessidade de uma definição de limites para o seu uso. E essa decisão de utilização dos recursos deve ser debatida e inserida ao processo de escolha pública, à sociedade civil e ao Estado decidir essa utilização com base nos aspectos morais e éticos.

No âmbito das discussões teóricas sobre o assunto, o conceito de desenvolvimento sustentável que surgiu com o nome de Ecodesenvolvimento no inicio da década de 1970, apresentando um contexto de controvérsia sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente, exacerbada pela publicação do relatório do Clube de Roma que pregava crescimento zero como forma de evitar catástrofe ambiental.

As discussões acerca do debate da utilização dos recursos naturais em prol da inserção do meio ambiente no processo de crescimento de desenvolvimento, propiciou o surgimento de correntes que interpretam a economia do meio ambiente sob aspectos distintos. São elas a Economia Ambiental e a Economia Ecológica.

3.1. ECONOMIA AMBIENTAL: Análise neoclássica de utilização de recursos

A economia ambiental é o ramo da economia do meio ambiente que considera os recursos naturais (como fonte de insumos e como capacidade de assimilação de impactos dos ecossistemas) não representam, a longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia. Essa perspectiva, deriva da corrente neoclássica da teoria econômica que entende a utilização de recursos, como terra, capital e trabalho, apenas como meios de

produção. Baseado nesta compreensão do sistema econômico e produtivo, a função de produção de recursos é definida apenas pelo capital e pelo trabalho.

Para os defensores dessa abordagem, a economia funcionava sem os recursos naturais, obtendo dessa forma, uma visão implícita da infinidade desses recursos. Essa racionalidade repercutiu inúmeras críticas a esta abordagem. Isto porque, no capitalismo industrial a natureza aparece como matéria morta, elemento que foi trabalhado e cristalizado tornando-se esta apenas parte da matéria - prima do processo.

Como reação às críticas apresentadas a teoria, passou a incluir dentro do processo econômico os recursos naturais. Mas, ainda assim, existiria uma substituição perfeita entre capital, trabalho e recursos naturais, configurando que os limites de disponibilidade destes poderiam ser superados pelo progresso técnico. O sistema econômico era capaz de se mover suavemente de uma base de recurso para outra, à medida que uma base se esgotasse.

> A inclusão do ambiente "natural" nas condições gerais da produção capitalista cria visões radicalmente opostas no campo teórico e na prática das políticas públicas. Uma delas é quanto as crises e o papel da regulação estatal. Com relação as crises periódicas, estas surgem dos conflitos entre as necessidades da acumulação do capital e as condições gerais da produção. Então intervém a regulação estatal.(MONTIBELLER-FILHO , 2000, p.114).

Essa abordagem, não considera relevantes as características únicas de certos recursos naturais que, por não serem produzidos, não podem ser substituídos pela ação humana. Ignoram as peculiaridades específicas de cada região, de cada espaço produtivo, que compõem a singularidade e especificidade inerentes ao meio ambiente.

A partir do desenvolvimento do bem estar econômico, a população torna-se sensível e disposta a pagar pela melhoria da qualidade do meio ambiente, o que teria induzido a introdução de inovações institucionais.

3.2. ECONOMIA ECOLÓGICA: uma percepção da interação entre a produção e o meio ambiente

A economia ecológica percebe o sistema econômico como um subsistema de um todo maior que o contém, impondo uma restrição absoluta à sua expansão. Elucida portanto, que o Capital (construído) e capital (natural) são essencialmente complementares.

> A economia ecológica não se compromete com um tipo de valor único. Ela abarca a valorização monetária, mas também avaliações físicas e sociais das contribuições da natureza e os impactos ambientais da economia humana mensurados nos seus próprios sistemas de contabilidade. Os economistas ecológicos , levam em consideração a natureza, nem tanto em termos crematísticos, quanto por intermédio de indicadores físicos e sociais.(MATINEZ-ALIER, p. 53, 2007)

Nesse aspecto essa corrente compartilha com a Economia Ambiental, na convicção de que é possível instituir uma estrutura reguladora baseada em incentivos econômicos que sejam capazes de aumentar a eficiência da utilização dos recursos, para um melhor aproveitamento dos mesmos. Por outro lado, ainda permanece a discordância fundamental em relação á capacidade de superação indefinida das limites ambientais globais. “A economia ecológica difere da economia ortodoxa pela sua insistência em assinalar a incompatibilidade do crescimento econômico com a conservação em longo prazo dos recursos e serviços ambientais” (MARTINEZ-ALIER, p.59,2007). A sustentabilidade do sistema econômico não é possível sem estabilização dos níveis de consumo per capita de acordo com a capacidade de carga do planeta.

Nesta perspectiva, para essa corrente, caberia à sociedade como um todo e ao Estado ou outra forma de organização coletiva, decidir sobre o uso desses recursos de modo a evitar perdas irreversíveis potencialmente catastróficas. A questão central estaria em fazer com que a economia funcione levando em consideração a existência desses limites ambientais. A determinação da escala que se considera sustentável só pode ser realizada através de processos coletivos de tomada de decisão.

E é justamente nesta arena de discussões de tomada de decisões que entram em choque os mais variados interesses, sejam eles políticos ou sociais. As decisões tendem a ser tomadas, em prol de uma determinada classe que detem o poder, atendendo a interesses que nem sempre beneficiam o coletivo.

4. A ABORDAGEM DA ECOLOGIA MARXISTA: AS CONCEPÇÕES E CONTRADIÇÕES NO CAMPO AMBIENTAL

A Economia Ambiental como já apresentado, é o ramo da Economia que estuda as relações entre a economia e os seus reflexos no meio ambiente. Além das correntes citadas, uma das contribuições para o entendimento da análise dos temas relacionadas ao meio ambiente no mundo capitalista, é a vertente do ecomarxismo.

> Ecomarxismo , em síntese, uma teorização e análise da relação contraditória existente entre o capital e o ambiente natural, o que constitui a segunda contradição básica do sistema. Tal interrelação é assim denominada em razão da sua semelhança com a relação que o capital tem com o trabalho, esta chamada de primeira contradição e sobejamente conhecida e extensivamente analisada, sobretudo por Marx.(MONTIBELLER-FILHO , 2000, p.108).

A análise dessa corrente está baseada no que foi intitulada primeira e segunda contradição do capitalismo. A primeira contradição foi apresentada por Marx, em sua crítica á economia política, destacando as relações existentes entre o capital e o trabalho. Relação esta, consubstanciada nas relações entre valor e mais- valia, entre capital constante e variável, desencadeando o processo de crises.

A segunda contradição do capitalismo é uma tese lançada por James O'Connor na primeira edição de Capitalism, Nature, Socialism (O'CONNOR, 1988). A partir dai, o autor a desenvolve, e apresenta em uma conferência em 1991, e publica em 1992, sob o titulo “On the First and Second Contradictions of Capitalism”, inserindo nesta percepção a questão ambiental.

> The point of departure of "ecological Marxism" is the contradiction between capitalist production relations and productive forces and conditions of production. Neither human laborpower nor external nature nor infrastructures including their space/time dimensions are produced capitalistically, although capital treats these conditions of production as if they are commodities or commodity capital. Precisely because they are not produced and reproduced capitalistically, yet are bought and sold and utilized as if they were commodities, the conditions of supply (quantity and quality, place and time) must be regulated by the state or capitals acting as if they are the state.(O'CONNOR, 1988,p.20-21).

Os autores ecomarxistas afirmam que os custos sociais são inerentes ao processo produtivo do modo de produção capitalista. A produção de mercadorias está associada a utilização de não mercadorias, ou seja, matéria-prima extraída do ambiente, para tornar-se um recurso que através da transformação pelo trabalho , obtenha valor de uso ou valor de troca.

Esse embate inerente ao processo produtivo está refletido entre a relação estabelecida entre a economia e a natureza. E neste diálogo de relações de força e poder, temos um lado que predomina. No caso da relação ambiente e natureza esta dominância é consubstanciada de forma histórica, motivados pelos impactos materiais do capitalismo na natureza.

O processo de industrialização da agricultura pode ser entendido como a apropriação industrial do processo de trabalho no espaço rural com a evolução dos implementos agrícolas como o arado, a colheitadeira, além das novas bases energéticas a utilização da energia humana, depois a animal e posteriormente a energia mecânica e elétrica. Aliado a isto, as modificações também foram percebidas com a rotação de culturas, a apropriação industrial da oferta de nutrientes, as inovações tecnológicas que resultaram na apropriação industrial do processo natural de produção.

Goodman, Sorj e Wilkson (1989), mostram que a apropriação do capital na agricultura se deu por duas formas: a mecanização com a apropriação do processo de trabalho e a quimificação como apropriação da natureza. A partir da separação entre

homem e natureza, gera-se uma crise que deflagra conflitos não só na agricultura em geral, mas em todas as relações sociais, entre homens e entre homens e natureza.

Pelo exposto, infere-se que a discussão ambiental vem sendo alvo de debates e servindo de base para a elaboração de teorias que venham a interpretar os problemas ambientais, tornando essenciais para a orientação de políticas públicas relacionadas a questão ambiental.

5. CONCLUSÃO

As questões relacionadas ao processo de desenvolvimento no sistema capitalista, por apresentar as contradições inerentes ao sistema, sempre serão alvo de debates e discussões. Torna-se um campo fértil para questionamentos, sobretudo quando ameaça a reprodução e sobrevivência da humanidade. A possibilidade de aumento de catástrofes ambientais, modificações no clima, são apenas exemplos da reação da natureza à pressão que o homem vem imprimindo sobre a mesma.

O surgimento de teorias que abordem a questão ambiental e a relação com o desenvolvimento representa um avanço em direção a novas possibilidades de construção de um desenvolvimento que respeite os limites impostos pelo ambiente.

Diante disso, a conscientização do problema ambiental apresentado por essas teorias, corroboram para a ampliação dessas discussões e são essenciais para a orientação de políticas públicas direcionadas, fazendo com que as ações tomadas pela sociedade e pelo poder público sejam mais eficientes e venham trazer soluções para o enfrentamento da dicotomia entre crescimento e meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza. Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial**. Editora UNESP, São Paulo, SP, 1995.

CARVALHO, Horácio. **O campesinato no século XXI**. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, N.V. De Estocolmo à ECO 92. In: RESENDE, P.E.A. (Org.). **Ecologia, sociedade e estado.** São Paulo: Educ, 1995.

GOODMAN, D. e SORJ, B. WILKINSON, J. **Da Lavoura às Biotecnologias**. Agricultura e Indústria no Sistema Internacional. Campus, 1989.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos pobres. conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTMELLER-FILHO,Gilberto. ***Ecomarxismo e capitalismo***. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis : EDUFSC, n.28, p.107-132, out. de 2000.
NOSSO Futuro Comum. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

O' CONNOR, James. . **Capitalism, Nature, Socialism: A theoretical Introduction**. CNS1, Fall,1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo:Companhia das Letras,2000.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: 3 ed. Garamond, 2008.